APRESENTAÇÃO

Economia de Comunhão (EdC) é o nome dado a uma iniciativa empresarial que actualmente conta com mais de 860 firmas a nível mundial. Iniciada no Brasil em 1991, a EdC ganhou recentemente uma maior notoriedade graças à mênção que Bento XVI fez dela na encíclica *Caritas in Veritate* (n.º 46). O leitor deste fascículo poderá eventualmente perguntar: "– Qual é a relevância filosófica da EdC, para além do interesse que o tema possa suscitar a nível da gestão e da teologia moral?". Para responder a tal questão, farei uma breve apresentação da EdC, para depois abordar as questões filosóficas suscitadas por esta experiência.

Como crítica à "cultura do ter" e à competição desenfreada em busca do lucro, a EdC propõe aos empresários um novo tipo de gestão baseado nos valores do Evangelho, como forma de promover a "cultura do dar". Basicamente, o ideal da EdC tem duas dimensões éticas. A primeira é a dimensão *qualitativa*, centrada em gerar um *ethos* cristão em todas as relações humanas, tanto dentro como fora da empresa. Trata-se das relações entre o empresário e os empregados, bem como da empresa com os seus clientes, fornecedores, competidores, Estado, comunidade local, associações, e com o meio ambiente. A segunda dimensão é de nível *quantitativo* e consiste na divisão dos lucros em três partes, segundo três finalidades:

1) Ajuda aos necessitados, que se traduz na ajuda aos pobres que pertencem às comunidades do movimento dos Focolares.
2) Formação de pessoas capazes de agir segundo a "cultura do dar", através do apoio a estruturas educacionais (cidadelas, centros de formação, conferências e editoriais).
3) Reinvestimento na empresa, em que uma parte dos lucros visa assegurar a sua sustentabilidade e a estabilidade dos empregos.

Para muitas pessoas, a divisão tripartida dos lucros constituiu a grande novidade do projecto da EdC, pois exprime o desejo de gerar lucros para partilhar com os outros e construir a comunhão. Mas é bom não esquecer a dimensão *qualitativa* das relações humanas, em que o empresário e seus colaboradores se comprometem no meio dos desafios do dia-a-dia, mesmo quando a empresa não gera lucros significativos para partilhar.

A maior parte das empresas da EdC são pequenas e médias empresas (PME's) e operam em diversos sectores de actividade. Algumas empresas estão concentradas em parques empresariais dentro das cidadelas focolarinas (como a cidadela Arco-Íris em Alenquer). Outras estão dispersas pelo país.

Seguidamente, menciono três temas de reflexão filosófica suscitados pela EdC:

1) A EdC entende o lucro, não como a finalidade última da empresa, mas como um meio para construir a comunhão. Isto supõe uma antropologia relacional, que desafia o paradigma do *homo œconomicus* actualmente dominante na economia.

2) A EdC é uma iniciativa da sociedade civil, em que uma organização (motivada pelos valores do Evangelho) posiciona-se *dentro* do mercado (e não à parte ou fora deste) para, a partir daí, desenvolver uma actividade que transcende os objectivos normais do "mundo dos negócios". A EdC leva-nos a questionar sobre o papel da *empresa* na sociedade e, de uma forma mais ampla, sobre o papel da *sociedade civil*, desafiando-nos a ir mais além do modelo dualista *mercado-Estado*, que tantas vezes encontramos nos manuais de economia, nos *media* e nos debates políticos.

3) A identidade própria da EdC – como uma alternativa *dentro* do capitalismo e não *ao* capitalismo – é susceptível de encontrar adeptos e críticos, tanto de "esquerda" como de "direita". Por um lado, a divisão tripartida dos lucros constitui uma crítica à forma como os mecanismos de mercado distribuem a riqueza entre os cidadãos. O ideal da comunhão desafia o modelo *liberal* das sociedades ocidentais, que privilegia a *liberdade* e a *igualdade*, mas relega a *fraternidade* para o plano da esfera privada. Por outro lado, o facto da EdC operar dentro do mercado e não fora deste, implica ver o mercado como um sistema de cooperação que pode ser civilizador e construtor de fraternidade. Esta visão positiva do mercado distingue-se de certas posturas críticas do mercado e tão diversas como o marxismo, a teologia da libertação e o comunitarismo.

A leitura dos seis artigos neste fascículo ajudará o leitor a formar um juízo sobre a relevância da EdC. Os dois primeiros centram-se na identidade da EdC e comparam-na com outras experiências empresariais. Seguem-se três textos que abordam o modo como a EdC desafia o para-

digma dominante na ciência económica. O texto final é uma reflexão sobre os valores promovidos pela EdC.

John Gallagher descreve o nascimento dos Focolares em Trento (1943) e o modo como a EdC foi lançada por Chiara Lubich no Brasil (1991). A EdC distingue-se dos dois modelos dominantes na gestão: o clássico modelo do "shareholder" (accionista ou proprietário); e o modelo recente do "shareholder" (os participantes na empresa, *i.e.*, um grupo que inclui os empregados, clientes, fornecedores, bancos, Estado e associações). Em contraste, a EdC está fundada noutro modelo, o do *bem comum* ("common good"), em linha com a Doutrina Social da Igreja.

Luca Crivelli e Benedetto Gui comparam a EdC com três tipos de empresas da *economia social / civil*, as quais assumem uma lógica de *responsabilidade social*: as empresas sociais sem fins lucrativos nos EUA; a iniciativa de micro-crédito lançada por M. Yunus no Bangladesh em 1976; e as cooperativas sociais na Europa. Concluem que a EdC é uma forma original de empresa, que não pode ser classificada dentro destas três tipologias.

Para Stefano Zamagni (que participou na comissão redactora da encíclica *Caritas in Veritate*), a EdC testemunha que é possível uma organização posicionar-se *dentro* do mercado para a partir daí produzir riqueza, distribuí-la e promover a fraternidade. A EdC é um convite a trazer o princípio do *dom como gratuidade* de volta à esfera pública, em vez de ficar encerrado na esfera privada.

Para Luigino Bruni, a Modernidade conduziu a uma visão asocial do sujeito: valorizou-se o *individuo* como ser autónomo e racional, em detrimento das *relações* que o constituem. Em alternativa, a EdC desafia a ciência económica a questionar-se sobre o significado da comunhão e das relações interpessoais. Como? Atribuindo às *relações* humanas o "status" de *bem económico*. As empresas da EdC são vistas como produtoras e consumidoras de *bens relacionais*, uma nova categoria teórica situada entre os tradicionais *bens privados* e *bens públicos*.

Para Nuno Martins, a repartição do lucro em três partes na EdC permite recuperar para a teoria económica uma ideia importante dos economistas clássicos. A *distribuição do excedente* ("surplus") era uma ideia central da economia política *clássica* (finais do século XVII – meados do século XIX), em autores como Petty, Quesnay, Adam Smith e Ricardo. No entanto, esta tese ficou posta de lado na teoria *neoclássica* (a partir de 1870) que foca a atenção no *uso óptimo de recursos escassos* e na maximização do lucro.

Américo Mendes propõe uma tipologia de valores associados aos bens e serviços, para mostrar que a EdC promove três tipos de valores que

normalmente não são fomentados pelo mercado: os valores *simbólicos* envolvidos nos gestos de dar; os valores associados à *identidade* da pessoa; e os valores *sagrados*.

A secção *Ad Extra* contém quatro estudos. Para Domingos Faria o argumento de Kripke não constitui uma refutação da teoria da identidade tipo-tipo. Domingo Fernández analisa a questão da culpa em dois pensadores. Para Heidegger é na culpabilidade indeterminada que radica a possibilidade do ser culpável concreto. Por seu lado, Foucault mostrou os problemas de um desenraizamento sócio-histórico da culpa. José Souza descreve o debate intelectual (final do século XIII – primeira metade do século XIV), sobre as relações entre os poderes espiritual e temporal, e o recurso a um novo tipo de argumentos baseados na História. Maria Barbosa propõe uma reflexão estética a partir da obra de Rancière sobre a tensão entre o *modelo* proposto pelo *intelecto* e a *imagem* acolhida pelos órgãos dos *sentidos*.

Reflectir, debater, dialogar, buscar caminhos de aproximação de ideias e de comunhão entre pessoas – e em particular na fronteira entre a ciência e a religião – foi algo que aprendi com o P. Alfredo Dinis. A ele muito devo o interesse em seguir a investigação em torno da EdC durante a última década. Foi com ele que comecei a organizar este volume, antes da sua partida deste mundo. É a ele que a RPF dedica, *In Memoriam*, este fascículo.

PEDRO MCDADE, SJ